Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

"Raça" e classe: informações a partir de um estudo de caso em São Paulo, 1925-1940[1].

Marcelo Antonio Chaves[*]

Resumo: Este artigo apresenta e analisa dados extraídos de 1.500 fichas de registro de trabalhadores da primeira grande fábrica de cimento do Brasil, a Companhia Brasileira de Cimento Perus, do período de 1925 a 1940, no Estado de São Paulo, a partir das quais, são postas em perspectiva comparativa algumas informações sobre condições de trabalho de negros e brancos, a fim de verificar as disparidades sociais entre os grupos.
Trabalho fabril em São Paulo e aspectos raciais serão, portanto, discutidos a partir de informações empíricas reveladas de um crucial momento histórico no Brasil.
Palavras-chave: negros e brancos; discriminação racial; industrialização e aspectos raciais.

Abstract: This article presents and analyses data extracted from hundreds of registration cards of workers at the first large cement factor in Brazil, in the period of 1925 to 1940 in the state of São Paulo. On this basis, data on the work conditions of Blacks and Whites are put in comparative perspective, in order to verify social disparities between the groups. In this sense, racial aspects of industrialization will be discussed on the basis of empirical data revealed during a crucial historical moment in Brazil.
Keywords: Blacks and Whites; racial discrimination; racial elements of industrialization.

Introdução

As pesquisas realizadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre a questão racial brasileira, desde a década de 1940, são um marco na literatura acadêmica. A vastidão, a densidade, a profundidade e o rigor científico alcançados por seus estudos, os tornam referência obrigatória para quem quer que se debruce sobre o tema, ainda nos dias de hoje.

Não obstante, estudos posteriores levantam importantes críticas a alguns dos pressupostos metodológicos que os orientaram[2]. O debate teórico-metodológico se amplia e ganha profundidade, porém, esse avanço no plano do pensamento, nem sempre é

---

[1] Este artigo está baseado em dissertação de mestrado, defendida em 2005, pela UNICAMP, sob orientação do Dr. Michael McDonald Hall.

[*] Doutorando em História Social do Trabalho pela UNICAMP e bolsista da FAPESP. E-mail: teochaves@gmail.com

[2] Andrews, Hasembalg & Silva, Azevedo, Costa, e Motta são autores aqui citados que apresentam argumentos críticos.

acompanhado por levantamentos empíricos históricos, para que se possa verificar, com freqüência, a validade dos resultados obtidos nos debates.

Esta pesquisa se circunscreve na mesma linha de debate iniciado pelos referidos sociólogos, posto que, uma das abordagens centrais das teses de Fernandes e Bastide relaciona as variáveis "raça" e "classe social".

Após realizar o cruzamento de dados extraídos de 1.500 fichas de trabalhadores da Fábrica de cimento em Perus, na capital paulista, deparei-me com algumas informações instigantes e outras surpreendentes, no que diz respeito à questão das disparidades entre os grupos classificados como "brancos", "negros" e "mulatos"[3].

Obtidos os resultados dos dados cruzados sobre os grupos "raciais", as análises e as deduções são tarefas muito complexas. Afinal, transformar dados objetivos e quantificáveis em conceitos e proposições que envolvem questões de subjetividade e escolhas, convenhamos, não é tarefa simples, mas, intelectualmente arriscada.

Negros e brancos em Perus

Os dados revelam um índice de trabalhadores negros cerca de três vezes superior ao percentual de 5,3% constatado pelo Censo de 1940, do município de São Paulo. Se comparado aos números do Estado, que aparecem nesse ano com 12%, incluindo-se negros (7,3%) e "mulatos" (4,7%), a fábrica de cimento aparece com percentual quase duas vezes e meia superior.

Mesmo quando comparados aos resultados específicos das indústrias extrativas e de transformação da capital paulista em 1940, os números da fábrica de cimento apresentam índices superiores de negros e "mulatos":

"COR"	Indústrias Extrativas	Indústria de Transformação	Cimento Perus
Brancos	81,0%	92,3%	69,7%
"Mulatos" (Pardos)	7,1%	2,9%	9,9%
Negros	8,9%	4,4%	17,6%

Fonte: Recenseamento de 1940, in: BASTIDES & FERNANDES (1971)

[3]Classificamos como "negro" aqueles que aparecem na imagem nitidamente com a cor da pele preta. Foram enquadrados numa imprecisa categoria intermediária, "mulatos", aqueles que eu tinha dificuldades de definição. Temos plena consciência, no entanto, de que essa questão étnica ou de "raça" não se resume à definição da cor da pele. O termo "mulato" não apenas é impreciso, mas traz nítida carga pejorativa, exposta na sua raiz etimológica. O utilizamos para acompanhar o padrão de outros autores citados. Para maiores detalhamentos sobre o método da pesquisa, ver CHAVES (2005).

Ou seja, na fábrica de cimento os trabalhadores negros e mulatos formam mais de um quarto do contingente de trabalhadores (27,5%). Esses números se tornam mais coerentes quando comparados com a pesquisa apresentada por Samuel LOWRIE (1938), onde 27% dos moradores dos bairros proletários de São Paulo aparecem como negros e mulatos.

Não obstante desconfiarmos dos métodos de pesquisas do Censo que chegam àqueles números reduzidos de não brancos, os dados da fábrica podem revelar o processo intenso de absorção dos negros no mercado de trabalho industrial em São Paulo, em consonância com a crescente incorporação da força de trabalho nacional, a partir de meados da década de 1920.

Portanto, os dados da fábrica de cimento não chegam a ser surpreendentes e apenas confirmam a suposição do incremento inaudito do ingresso dos negros nas indústrias paulistas a partir, principalmente, da década de 1930. Há, naquele momento, uma conjugação de fatores que favorecem o fenômeno da ampliação da participação dos negros no mercado de trabalho paulista: processo de nacionalização da força de trabalho, desestímulo à imigração, incremento no processo de industrialização e, em especial, no setor fabricante de cimento[4].

De onde vieram esses negros

Basicamente três estados juntos têm representação maciça do total de trabalhadores da fábrica de cimento: São Paulo (70,4%), Minas Gerais (18,7%) e Rio de Janeiro (3,5%), números que bem expressam a geografia racial do período, geografia essa que está intimamente vinculada a uma economia que historicamente oscilou em grandes ciclos produtivos[5].

Os dados indicam, também, que, não obstante o processo de alijamento e anomia imposto pela opção da força de trabalho imigrante (e branca) no pós abolição, havia disponibilidade de uma população negra em São Paulo, que afluiu para trabalhos na indústria. Ademais, apesar de, numericamente, pouco representativos, os dados podem indicar quais foram os estados onde a mão-de-obra negra se aglutinava e de onde afluíram para compor o exército de reserva da indústria paulista, em um primeiro momento: Minas Gerais e Rio de Janeiro.

[4] Ver CANO (198), SINGER (198), CHAVES (2005)
[5] Ver HOGAN & RERLINK (1974).

Instrução básica

O total de "brancos" identificados pelas fotos, forma 69,7% dos trabalhadores e, entre os analfabetos, esse grupo perfaz 57,9%. Os "mulatos" formam 12,7% dos trabalhadores e têm o percentual de 14,7% de analfabetismo. Já os negros, que representam 17,6% dos trabalhadores, apresentam índice de analfabetismo de 23,0%.

Para melhor visualização das diferenças, chegamos a uma "taxa de analfabetismo", obtida pela razão entre o número de analfabetos (204) e o número total de fichas com fotos (1.166), obtendo, assim, o índice médio de 17,5%. Se dividirmos o número de analfabetos dentro desses três grupos (B = 118/813), (M = 30/148) e (N = 47/205), teremos:

Entre os	14,5%
Entre os	20,3%
Entre os	22,9%

Não nos surpreende esse flagrante desfavorecimento dos negros e "mulatos" se levarmos em conta os piores condicionamentos sociais de uma população negra que fora excluída das oportunidades de trabalho e submetida a processos mais perversos, no âmbito da urbanização de São Paulo, em relação aos brancos.

Qualificação *versus* cor

	Cargo de chefia	***Não Qualificado***	***Qualificado***	***Semi Qualificado***	***Total***
branco	90,0%	64,9%	82,1%	78,3%	69,6%
mulato	-	15,0%	6,8%	8,5%	12,7%
negro	10,0%	20,1%	11,1%	13,2%	17,7%

Os brancos, que representam 69,6% do total de trabalhadores, ocupam 90% dos cargos de chefia, 82,1% das funções qualificadas e 78,3% das semi-qualificadas.

Os negros, que representam 17,7% da força de trabalho total, têm índices inferiores nos cargos de chefia, com 10%, e entre os qualificados com 11,1%. Porém, observarmos que os "nacionais" como um todo têm participação inferior aos estrangeiros. Porém, ainda que excluamos os estrangeiros, os negros aparecem sub-representados no item "Qualificado".

Esse quadro apresentado não revela qualquer surpresa, mas reforça as conclusões que demonstram o desfavorecimento dos negros em relação aos brancos no que diz respeito à ocupação dos postos mais "privilegiados" nas empresas.

Assim como o período da abolição representou um "ponto de partida", onde os negros apareciam como desfavorecidos diante da "disputa" em uma sociedade "competitiva", podemos supor a (re)abertura do mercado de trabalho para os trabalhadores nacionais na década de 1920, em São Paulo, como um novo "ponto de partida", onde, de novo, os negros iniciavam em desvantagem, no aspecto sócio-econômico. Trata-se do que BASTIDE & FERNANDES (1971:62) chamaram de "lenta reabsorvição do elemento negro no sistema de trabalho, a partir das ocupações mais humildes e mal remuneradas".

Entretanto, o agrupamento das várias profissões acabou por esconder uma realidade ainda mais desfavorável ao negro. Entre algumas das mais freqüentes funções qualificadas, a participação do negro e do mulato é muitíssimo pequena, como podemos constatar na tabela abaixo:

Participação de negros e mulatos em algumas profissões

	Total	***Qtde. negros***	***%***	***Qtde. Mulatos***	***%***
Carpinteiro	54	1	2%	1	2%
Mecânico	48	2	4%	2	4%
Eletricista	28	2	7%	2	7%
Pedreiro	26	1	4%	-	0%
Foguista	15	4	27%	1	7%
Maquinista	13	1	8%	-	0%
Marteleiro	11	5	45%	-	0%

Podemos perceber que é muito pequena a incidência de negros exercendo funções que requerem uma qualificação mais refinada entre os qualificados em geral. Se excluirmos do mapa as funções de "marteleiro" e "foguista", perceberemos os índices muito pequenos de negros e "mulatos" exercendo funções mais especializadas, não ultrapassando o percentual de 8% do total. O foguista é o trabalhador que assessora o maquinista das locomotivas, alimentando as fornalhas com combustível (lenha); os marteleiros são operários que utilizam ferramentas (mais sofisticadas ou não) para quebrar os blocos de pedras. Ou seja, profissões manuais mais simples.

Esses dados são aqueles que mais fortemente revela a disparidade nesse novo "ponto de partida" na sociedade "concorrencial" brasileira. Bastide & Fernandes se referem às "barreiras econômicas" na caracterização desse fenômeno.

Os dados que cruzaram os itens estabilidade e "cor" nos mostraram pequenas variações no que diz respeito ao tempo de permanência na fábrica em relação aos grupos. No geral, podemos afirmar que no processo admissão/demissão, não houve discriminação em relação à cor da pele.

Por um lado, esse aspecto reforça a tese sustentada pelos sociólogos que ressaltam a preponderância das barreiras econômicas e sociais no processo de mobilidade na sociedade concorrencial capitalista, sobre os critérios raciais. No entanto, vale sugerir, que, na fábrica de cimento, o ingresso dos negros não punha em cheque, necessariamente, os postos de trabalho dos brancos, mesmo porque, como já vimos, os negros foram acomodados nas funções mais rudes, com tarefas menos qualificadas.

Por outro lado, o aporte do contingente de negros e negras ao mercado de trabalho fabril em expansão em São Paulo agradaria muito as expectativas dos empresários, sempre dependentes da consolidação do exército sobrante de trabalhadores, que pressiona para baixo os salários a serem pagos.

Ademais, em um período em que vigia medidas nacionalizantes em relação à utilização da força de trabalho, como a chamada "lei dos dois terços", editada no início do Governo de Getúlio Vargas, talvez fosse mais plausível a configuração de tensões entre estrangeiros e nacionais.

Faixas salariais e grupos de trabalhadores

Salários de ingresso por faixas

Faixas entre (réis)	**Total**	**Negros**	**Brancos**	**"mulatos"**
500,00 e 800,00	**2,3%**	**4%**	**2%**	**1%**
900,00 e 1.125,00	**73,6%**	**80%**	**67%**	**84,5%**
1.200,00 e 1.500,00	**14,0%**	**12,4%**	**17%**	**8%**
1.600,00 e 2.000,00	**7,2%**	**2,3%**	**10%**	**6%**
2.200,00 e 3.250,00	**2,0%**	**0%**	**2,5%**	**-**
3.500,00 a 4.500.00	**0,06%**	**-**	**1%**	**-**
De 5.000, 00 acima	**0,03%**	**-**	**0%**	**-**
TOTAL	**1103**	**169**	**644**	**110**

A primeira informação mais visível neste quadro é a concentração de trabalhadores representados nas faixas salariais situada entre 900,00 e 1.500,00 réis.

Simplesmente, 88% dos trabalhadores em geral situam-se nessa faixa, na fábrica de cimento e suas pedreiras.

O desfavorecimento dos negros e "mulatos" em relação aos brancos também aparece confirmado nessa tabela, onde cerca 85% não ultrapassam a segunda faixa com os menores salários e 92,4% não passam da terceira faixa. Não há representação de negros e "mulatos" nas faixas acima de 2.000,00 réis! No caso dos "mulatos" a situação é ainda um pouco pior, como pode ser visto.

No somatório dos salários totais das fichas com especificação de cor chegou-se ao valor de 1.065.200,00 (Um conto, sessenta e cinco mil e duzentos réis). Desse total de salários, coube aos brancos o percentual de 72,9%, aos negros o percentual de 16,3% e aos mulatos, o percentual de 10,8% do total dos salários. Ou seja, os brancos que representam 69,7% do total de trabalhadores, aparecem aqui super-representados em termos de massa salarial, com 72,9%.

Se observarmos bem, essa diferença não é tão grande. Uma das explicações plausíveis para essa menor diferenciação da participação dos negros na massa salarial é a seguinte: os negros se concentram bem mais no grupo de trabalhadores não qualificados. Nesse grupo percebemos que a variação, ou disparidade entre os salários, é bem menor do que a variação no grupo dos "qualificados". Sendo assim, o percentual da massa salarial que cabe aos negros fica nos níveis próximos ao percentual de representação no total de trabalhadores.

De qualquer forma, podemos concluir que a discriminação não aparece nitidamente através dos salários, mas, em boa medida, através da distribuição das funções.

Considerações conclusivas

Os dados objetivados em números mostram o flagrante desfavorecimento de um grupo social cuja especificidade está na cor da pele, mas não se constituem em *provas* de que esse desfavorecimento seja realmente resultante de práticas discriminatórias. Dados tão objetivos como esses apresentados, são incapazes de revelar costumes discriminatórios diversos, que se escondem em práticas e discursos ambíguos e subliminares. No mínimo,

necessitaríamos de cruzamentos de fontes diversas, para podermos enxergar o fenômeno mais de perto[6].

As informações das fichas dos trabalhadores da fábrica de cimento Perus ajudam a compor o contexto em que se revela o importante papel desempenhado pela população negra, recém saída de uma sociedade escravocrata.

No momento histórico crucial, quando se combinava, contraditoriamente, a passagem ao "trabalho livre", supostamente baseada na negociação entre entes juridicamente "iguais", e a expansão inaudita da indústria cafeeira no estado, os negros, livres ou ex-escravos, em São Paulo, foram preteridos, em detrimento dos imigrantes. Sob a força organizativa do Estado de então, foram os negros alijados, mas não necessariamente excluídos, do sistema econômico e social. As relações de trabalho a que estivera submetido o enorme contingente de negros (em parte, ex-escravos), ao fim e ao cabo, legaram um determinado padrão de exploração, na região que iria ditar os parâmetros do grau de exploração do novo contingente de trabalhadores vindos do exterior.

Além do mais, esses negros, já usufruindo a condição de "livres", certamente funcionariam como um indispensável "estoque" de reservas, sempre pronto a ingressar diretamente no mercado, assim que ocorresse qualquer "anomalia" no sistema. Os negros formariam "o exército dos desocupados, dos sem-trabalho", como chamaria Ianni (1966:18). Há relatos de utilização imediata de negros utilizados como fura-greves, em momentos de conflitos envolvendo trabalhadores imigrantes, logo após a abolição (ANDREWS, 1991:105). Não há dúvidas de que esse "estoque" formado pela população negra, fora fundamental no processo de rebaixamento de salários no campo e na cidade, proporcionando um dos vetores da acumulação de capital em São Paulo.

A pronta absorvição dos negros pelas indústrias paulistas, a partir de meados da década de 1920, justamente quando toma impulso a industrialização brasileira, principalmente com a montagem das indústrias de base, mostra a importância crucial desse grupo social. Os negros continuariam a preencher os "vazios" deixados pelos brancos imigrantes que ascendiam socialmente e deixavam para trás as funções mais penosas nos postos de trabalho. Afinal, a pirâmide social só se sustenta se houver uma base sólida.

Após mais de um século, mostrou-se equivocado o pressuposto de que as relações de trabalho "modernas", baseadas no assalariamento e na competitividade, iriam "corrigir" as profundas distorções causadas pela sociedade "arcaica" baseada no trabalho escravo, tornando "iguais" os trabalhadores que iriam atuar em um novo jogo de "livre" mercado. Percebemos

[6] A obra de CUNHA (2002) é exemplar, nesse sentido.

que o mercado não era tão "livre" assim, mesmo porque, o Estado liberal-republicano atuou pesadamente no complexo processo de agenciamento do ingresso maciço da força de trabalho estrangeira no Brasil.

De fato, uma das explicações convincentes para o grave desfavorecimento da população negra em relação à população branca nos dias de hoje, encontra-se no legado escravista que colocou os negros em ampla desvantagem no "ponto de partida" da sociedade "competitiva" baseada no trabalho assalariado. O grupo político que controlou Estado republicano de então, ao invés de interferir diretamente no sentido de reparar os danos causados pela escravidão à classe trabalhadora negra, capacitando-a a melhor adaptação às novas regras sócio-econômicas, "optou" por seguir a lógica imposta por grande parte dos cafeicultores paulistas.

Entretanto, os argumentos baseados nos legados perversos do período escravista, não dão conta de explicar uma segregação dos negros tão bem ajustada aos padrões da ordem capitalista de ontem e de hoje. O componente racial não pode ser visto como um elemento estranho à sociedade de classe emergida da era moderna. De fato, não é possível dissociar a questão racial do contexto estrutural.

Ou seja, as variáveis de classe não explicam tudo. Houve mecanismos racializantes herdados do sistema escravista, mas que foram resignificados sob a lógica capitalista que o suplantou. Um desses elementos de resignificação foi a hipótese da "democracia racial", criada desde o mundo colonial, desenvolvida no primeiro quartel do século XX e que ganhou status de ideologia estatal sob o governo de Getúlio Vargas[7]. Na década de 1930, a construção da nação e seus discursos renovados, tendem a escamotear a questão étnica específica e elaborar a idéia de uma "democracia racial".

Os resultados da minha pesquisa apontam fortes indícios de que, de fato, o processo de industrialização em São Paulo, na fase em que ela passa a absorver a força de trabalho nacional, favorece parcialmente a integração dos negros na sociedade de classes, e até tem como efeito, a diminuição das distâncias sociais entre os grupos raciais no Brasil.

No entanto, essas conclusões tornar-se-ão incompletas, e mesmo, distorcidas, se não se reconhecer que o aporte dos negros no mercado de trabalho, no período, se deu de forma desigual e desfavorável à esse grupo social. Os negros entram no mercado de trabalho brasileiro, mas, pelas "portas do fundo". Os dados sobre educação e qualificação mostram que os negros assumiram funções menos qualificadas – aqui, as características de "raça" parecem interferir - e os dados salariais acusam a barreira intransponível que segrega esse grupo social

[7] Ver HASENBALG & SILVA.

na base larga da pirâmide social – aqui nos parece atuar um traço da segregação social típica do capitalismo. De forma sutil, as barreiras raciais se somam às barreiras econômicas, provocando um tipo de segregação causada por uma espécie de "mão invisível", dificultando, assim, a identificação de sujeitos nesse processo de racialização da miséria no Brasil. As vítimas, essas sim, aparecem concretamente e com "cor" bem definida.

Os dados extraídos da realidade social da fábrica de cimento Perus, compõem um elo entre heranças passadas e permanências no futuro. Os números de hoje, que revelam os dramas das populações negras subalternizadas, parecem ser desdobramentos daquilo que os números de ontem já apontavam.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988).* Bauru: EDUSC, 1991.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.* São Paulo: Paz e Terra/Oficinas da História, 1987.

_____. *Quem precisa de São Nabuco*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 1, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, Hucitec, 1990.

BASTIDES Roger & FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos: ensaios sociológicos sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

CHAVES, Marcelo Antonio. *Da periferia ao centro da (do) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945*. Campinas, Unicamp, 2005.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica da raça no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 1, 2002.

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DELACAMPAGNE, Christian. *L'invention du racisme*: *antiquité e moyen age* .Fayard, 1983.

DOMINGUES, Petrônio José. *Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930.* Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 3, 2002.

FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros na sociedade de classes*. Rio de Janeiro:CBPE/INEP/MEC, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

IANNI, Otávio. *Raça e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

LOWRIE, Samuel H., *O elemento negro na população de São Paulo*, in: Revista do Arquivo Municipal. São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, n° 48, pp. 5-56.

MOTTA, Roberto. *Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos Afro- Asiáticos, nº 38, Dezembro de 2000.

SILVA, Joselina. *A união dos negros de cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, nº 2, 2003.

SINGER, Paul. *Interpretação do Brasil, uma experiência histórica de desenvolvimento.* In: HGCB, Tomo III, vol. 4. São Paulo, Difel, 1984.

SLENES, Robert W.A. *Na senzala uma flor:esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TRINDADE, Liana Sálvia. O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004.